



GUIA PRÁTICO

Tabela de indemnização por danos corporais e quantum doloris

Em Portugal, os simuladores de indemnização por incapacidade, as tabelas orientadoras da [Portaria n.º 377/2008](#) e a [Tabela Nacional de Incapacidades](#) podem ajudar a enquadrar propostas da seguradora, mas também podem induzir em erro se forem lidos de forma isolada. Não substituem prova clínica, incapacidade, idade, rendimento, dor, tratamentos futuros e contexto jurídico.

ABRS Advogados
Portugal

Última revisão
28 de julho de 2026

Nota: Este guia tem caráter meramente informativo. Não substitui avaliação médico-legal nem análise jurídica do caso concreto.

[Consultar a versão online atualizada](#)

Resposta curta

A tabela de indemnização por danos corporais não dá, por si só, o valor final de um caso. Em acidentes de viação, a [Portaria n.º 377/2008](#) fixa critérios e valores orientadores para a apresentação de proposta razoável ao lesado, mas a própria Portaria esclarece que não afasta a indemnização de outros danos nem a fixação de valores superiores. A [Portaria n.º 679/2009](#) alterou e atualizou esses anexos.

O que a tabela mostra e o que não mostra

A Portaria n.º 377/2008 surgiu no contexto do seguro automóvel obrigatório, regulado pelo [Decreto-Lei n.º 291/2007](#). A sua função é orientar propostas razoáveis, não transformar cada acidente num cálculo automático.

A tabela pode ajudar a perceber	A tabela não resolve sozinha
Critérios usados em certas propostas de seguradora.	Responsabilidade pelo acidente e nexos causais.
Rubricas como dano biológico, quantum doloris, internamento, despesas e rendimentos perdidos.	Se a proposta inclui todos os documentos, sequelas, tratamentos futuros e perdas reais.
Porque a idade, a incapacidade e o rendimento podem alterar a leitura.	O valor que um tribunal fixaria num processo concreto.

Categorias de danos corporais que costumam entrar na análise

Em caso de dano corporal, a Portaria n.º 377/2008 refere, entre outras rubricas, dano biológico, perdas salariais, despesas comprovadas, dano estético, quantum doloris, internamento e danos patrimoniais futuros em determinadas situações.

Incapacidade e dano biológico

A incapacidade deve ser lida com relatórios médicos, perícia, idade e impacto funcional. O dano biológico pode existir mesmo quando a pessoa continua a trabalhar, se houver afetação permanente da integridade física ou psíquica.

Quantum doloris: dor e sofrimento temporários

O quantum doloris é um parâmetro médico-legal usado para exprimir a intensidade do sofrimento físico e psíquico vivido entre o acidente e a consolidação das lesões. Em Portugal, é habitualmente graduado numa escala de 1 a 7, em que a avaliação aumenta com a intensidade do sofrimento.

A graduação não depende apenas do diagnóstico. A perícia pode considerar, entre outros elementos:

- 1 tipo e gravidade das lesões;

- 1 dor associada ao acidente e aos tratamentos;
- 1 número e natureza de cirurgias;
- 1 internamento;
- 1 imobilização;
- 1 fisioterapia e reabilitação;
- 1 complicações;
- 1 duração do período de recuperação;
- 1 sofrimento psíquico clinicamente documentado.

O quantum doloris não é uma quantia em euros e não existe uma conversão automática de cada grau num valor fixo. Duas pessoas com a mesma graduação podem ter indemnizações diferentes porque idade, rendimentos, défice funcional, dano estético, perda de autonomia, necessidades futuras e demais circunstâncias não são iguais.

Não confundir quantum doloris com outros parâmetros

- 1 **Défice funcional permanente:** traduz a afetação funcional que permanece depois da estabilização.
- 1 **Dano estético:** avalia alterações permanentes da aparência.
- 1 **Repercussão nas atividades profissionais:** considera o impacto na atividade profissional, quando aplicável.
- 1 **Repercussão nas atividades desportivas e de lazer:** considera limitações permanentes em atividades concretas.
- 1 **Dependências e necessidades futuras:** podem incluir ajuda de terceiros, tratamentos, ajudas técnicas ou adaptações, conforme a prova.

Uma proposta que menciona apenas “pontos de incapacidade” pode não explicar todos os danos considerados. Peça o relatório e a discriminação das rubricas antes de comparar valores.

Rendimento e perda de capacidade

Rendimentos declarados, baixa, perda salarial, incapacidade para a profissão habitual e esforço acrescido são temas diferentes. A proposta deve explicar que rubricas inclui.

Despesas e tratamentos futuros

Fisioterapia, medicação, exames, deslocações, ajudas técnicas, adaptação de veículo ou casa e despesas futuras previsíveis devem ser documentadas.

Para lesões relevantes, veja também [lesões graves em acidente de viação](#), [proposta da seguradora em lesões graves](#) e [atropelamento em Portugal](#).

Idade, rendimento, prova e futuro: porque mudam o valor

A mesma percentagem de incapacidade pode ter leituras diferentes conforme a idade, a profissão, os rendimentos, a evolução clínica e a necessidade de tratamentos futuros. A Portaria n.º 377/2008 usa a idade à data do acidente em vários cálculos e remete para rendimentos fiscalmente comprovados em certas rubricas.

- 1 **Idade:** pode influenciar a projeção temporal de danos futuros.
- 1 **Rendimento:** é relevante quando se discutem perdas salariais ou dano patrimonial futuro.
- 1 **Prova médica:** urgência, exames, alta, sequelas, cirurgia, fisioterapia e relatório médico-legal são centrais.
- 1 **Responsabilidade:** uma tabela de valores não resolve culpa, culpa partilhada ou nexo causal.
- 1 **Tratamentos futuros:** devem ser clinicamente previsíveis e documentados.

A adequação de uma proposta ao caso concreto pode exigir análise jurídica por advogado, cruzando relatórios clínicos, prova de rendimentos, evolução médica, responsabilidade pelo acidente e comunicações da seguradora. Para informação institucional ou envio de pedido através desta página, pode utilizar o [formulário abaixo](#).

Em acidentes de trabalho, a [Tabela Nacional de Incapacidades](#), aprovada pelo Decreto-Lei n.º 352/2007, tem papel próprio. Para esse contexto, veja [acidentes de trabalho](#) e [revisão de incapacidade por agravamento](#).

Existe uma tabela de valores para o quantum doloris?

Existem instrumentos legais e critérios orientadores usados na regularização de danos corporais, mas não existe uma tabela que permita multiplicar o grau de quantum doloris por um preço universal e obter a indemnização final.

A [Portaria n.º 377/2008](#), alterada pela [Portaria n.º 679/2009](#), contém critérios orientadores para propostas razoáveis no âmbito do seguro automóvel. Esses critérios não eliminam a análise do [Código Civil](#), da jurisprudência, da prova médica e das circunstâncias do lesado.

Ao ler uma “tabela de quantum doloris”, confirme:

- 1 se apresenta apenas uma escala médico-legal ou valores monetários;
- 2 a data e a fonte;
- 3 se o caso é de acidente de viação, trabalho ou outro regime;
- 4 se os montantes são orientadores ou resultam de decisões judiciais;
- 5 que outros danos foram considerados;
- 6 se existe relatório de consolidação clínica.

Uma tabela sem fonte, data ou contexto pode criar uma expectativa errada. O ponto de partida responsável é identificar cada dano e a prova que o suporta.

Ferramentas disponíveis online

O simulador educativo e o formulário de contacto estão disponíveis na versão online. O simulador não calcula euros nem apresenta uma indemnização garantida. [Abrir a página em abrs.pt](#).

Recebeu uma proposta da seguradora?

Antes de assinar uma quitação, pode ser relevante confirmar se a proposta inclui incapacidade, dano biológico, quantum doloris, despesas, perdas salariais, tratamentos futuros e todos os documentos clínicos disponíveis.

Um advogado pode ajudar a construir uma estimativa documentada das rubricas em causa e a identificar pontos que possam estar omissos ou insuficientemente fundamentados. Essa análise não garante resultado, mas pode tornar a decisão de aceitar, pedir esclarecimentos ou contestar mais informada.

[Pedido de contacto para análise](#)

Documentos a reunir antes de interpretar valores

- 1 Relatório de urgência, exames, prescrições, alta clínica e relatórios de especialidade.
- 1 Relatório médico-legal ou avaliação de incapacidade, se existir.
- 1 Comprovativos de baixa, perda salarial e rendimentos declarados.
- 1 Faturas de tratamentos, fisioterapia, medicação, transportes e ajudas técnicas.
- 1 Comunicações com seguradora, proposta, memória de cálculo e texto integral da quitação.

Para despesas e tratamentos continuados, leia também [despesas médicas após acidente e fisioterapia, exames e despesas futuras](#).

Quando a situação exige atenção especial

A cautela aumenta quando a proposta chega antes da alta médica, quando há sequelas permanentes, incapacidade relevante, cirurgia, lesões neurológicas ou ortopédicas importantes, ou quando a seguradora apresenta um valor global sem discriminar rubricas.

Para situações de maior gravidade, consulte [lesões graves em acidente de viação, atropelamento e propostas da seguradora em lesões graves](#).

Perguntas frequentes

O que significa quantum doloris?

É a graduação médico-legal do sofrimento físico e psíquico temporário vivido desde o acidente até à consolidação das lesões. Não corresponde automaticamente a uma quantia em euros.

Qual é a escala do quantum doloris?

Em Portugal, o quantum doloris é habitualmente expresso numa escala de 1 a 7. A graduação deve resultar de avaliação médico-legal e da documentação clínica, não de autoavaliação.

Quanto vale um grau de quantum doloris?

Não existe um preço universal por grau. A indemnização depende também de responsabilidade, idade, défice funcional, dano estético, rendimentos, despesas, necessidades futuras e restante prova.

A tabela da seguradora decide a indemnização?

Não por si só. Os critérios orientadores podem ser usados numa proposta, mas devem ser confrontados com a lei, a prova, os relatórios e as circunstâncias concretas.

Fontes oficiais e nota legal

Fontes oficiais: [Portaria n.º 377/2008](#) · [Portaria n.º 679/2009](#) · [DL n.º 352/2007](#) · [DL n.º 291/2007](#) · [Código Civil](#).

Data da última revisão: 28 de julho de 2026.

Disclaimer: Este artigo tem carácter meramente informativo e não dispensa a análise do caso concreto por advogado.

Versão online: <https://abrs.pt/tabela-indemnizacao-danos-corporais/>

A informação pode ser atualizada. Consulte sempre a versão publicada no site.